



Ministério da Educação

ATA DE REUNIÃO

ATA de reunião realizada em trinta e um de março do ano de dois mil e vinte, às dez horas, por meio de sistema eletrônico, com a presença dos seguintes membros: **MEC**: Maria Fernanda Bittencourt, Secretária-Executiva Adjunta; Janio Carlos Endo Macedo, Secretário de Educação Básica; Carolina Cristina Martins Cavalcante, Diretora de Programa da Secretaria Executiva; Ariosto Antunes Culau , Secretário de Educação Profissional e Tecnológica ; Wagner Vilas Boas de Souza, Secretário de Educação Superior; Tomas Dias Sant'Ana, Secretário-Adjunto de Educação Superior; **FNDE**: Karine dos Santos, Presidente; **Andifes**: Gustavo Balduíno, Secretário-Executivo; Edward Brasil, Presidente; **Consed**: Nilce da Costa, Secretária-Executiva; **Undime**: Luiz Miguel Garcia, Presidente: Marcelo Ferreira da Costa, Vice-Presidente; Vivian Melcop, Secretária-Executiva; **Ebserh**: Giuseppe Gatto, Diretor de Atenção à Saúde. Participaram, também, Carlos Lenuzza, Diretor de Educação a Distância da CAPES, entre outros ouvintes. Reuniram-se os participantes para tratar de assuntos relacionados ao Comitê Operacional de Emergência do Ministério da Educação (COE). Maria Fernanda deu início à reunião, informando que a proposta do MEC e do FNDE era mais ampla que a proposta do PL aprovada pelo Senado, mas que, tendo em vista sua aprovação no dia anterior à reunião em curso, o FNDE e o MEC estão avaliando como será dado o encaminhamento. Tomas Sant'Ana informou que, no portal das universidades, houve avanço no formulário de levantamento das ações das universidades e institutos. Tomas relatou, ademais, que o modelo do documento foi encaminhado para o Conif e Andifes e, após a validação dos órgãos, será enviado para a realização do levantamento, com previsão de início de funcionamento para sexta, três de abril. Wagner de Souza ressalta que se trata de uma nova ação, uma vez que a função inicial do painel era para o monitoramento da suspensão das aulas. Dando continuidade, Wagner informou que a UFG elaborou um painel para a educação básica, e que a disponibilização da base de dados pelo Ministério da Saúde para o painel em questão será efetivada na sexta, três de abril. Wagner informou, ademais, que o painel da educação básica será vinculado aos dados do Censo e Datasus e irá exibir quantidades ou índices de pessoas que foram diagnosticadas com a Covid-19, de escolas públicas e privadas. Wagner relatou, ademais, que um aplicativo está sendo desenvolvido para os gestores das redes pública e privada inserirem informações e destacou que há a possibilidade de dar visibilidade, por meio do painel, às ações dos hospitais universitários. Karine dos Santos informou que a resolução que está em desenvolvimento aborda pontualmente quais seriam as formas de distribuição dos gêneros alimentícios, não envolvendo outros tipos de produtos. Karine relatou que, com a sanção do presidente, será possível envolver todos os processos licitatórios do PNAE e as chamadas públicas, ressaltando a importância da manutenção da agricultura familiar e informando que haverá acréscimos de exceções nas chamadas públicas, com adequações ao momento atípico, ressaltando que outra questão que está sendo colocada na resolução é a composição de produtos do kit, que será definida pela equipe de nutrição, seguindo as diretrizes do programa. Karine relatou que o documento também abordará questões de higiene e metodologia da entrega dos kits, o que garantirá a cautela necessária à saúde de quem irá manusear os alimentos, lembrando que, para isso, contarão com as parcerias das redes de assistência social. Dando continuidade, Karine abriu a discussão para colaborações no documento. Gustavo Balduíno indagou

a respeito do tempo de realização da ação de distribuição e Karine informou que a flexibilização ocorrerá enquanto durar o estado de calamidade. Karine ressaltou, também, que o tempo de distribuição dos gêneros alimentícios dependerá da capacidade de organização de cada rede estadual e municipal e que o FNDE poderá publicar orientações semanais e diárias sobre detalhamentos necessários ao processo da distribuição. Vivian Melcop questionou se o PL envolve os gêneros alimentícios já adquiridos e Karine afirmou que sim e que esse detalhamento será abordado na resolução do FNDE. Viviane indagou, ademais, se os estados e municípios precisam aguardar o PL para iniciar a distribuição e Karine afirmou que é necessário aguardar a sanção do Presidente para, desta forma, iniciar a distribuição, lembrando que a resolução do FNDE só poderá ser publicada, também, após a sanção. Karine relatou que alguns estados e municípios já estão distribuindo os kits de gêneros de alimentícios do PNAE em estoque, mas considerando recursos próprios. A partir de outro questionamento colocado por Viviane, Karine afirmou que a proposta do PL não irá interferir nos contratos já existentes nas redes estaduais e municipais, sugerindo, desta forma, uma consulta ao apoio jurídico para a tomada de decisão. Marcelo da Costa reforçou a importância do envio da minuta para colaboração de todos os envolvidos e ficou acordado que o prazo de retorno será na quinta pela manhã, com o envio do documento, pelo FNDE, na data da reunião em curso. Maria Fernanda ressaltou a importância do respeito ao prazo de retorno e Karine esclareceu que o FNDE necessitará de mais vinte e quatro horas após o retorno da minuta, para sua publicação. Marcelo questionou a respeito do uso do cartão e Karine afirmou que há uma conta única para o recurso, sugerindo que a rede centralize a compra dos gêneros e providencie a distribuição. Marcelo sugeriu que o Banco do Brasil disponibilize um cartão para os gestores, para a realização da compra centralizada, uma vez que, atualmente, são os diretores que utilizam o cartão em questão. Aproveitando a oportunidade, Karine informou que o sistema do PNLD será postergado, uma vez que as redes não estão funcionando e, no momento oportuno, o FNDE informará o novo prazo para a reserva técnica do programa. Edward Brasil relatou que as atividades de enfrentamento têm se multiplicado, mas percebe dificuldade nas Instruções Normativas 27 e 28 onde constam solicitações de informações que têm gerado desconforto nos ambientes universitários. Gustavo solicitou à Giuseppe Gatto um relato a respeito da compra e distribuição das EPIs, além do posicionamento a respeito da MP que irá liberar os recursos para as universidades para essas atividades. Wagner informou que o Ministério da Economia solicitou informações sobre os trabalhos remotos que estão sendo realizados pelos órgãos e que o documento em questão foi encaminhado à SAA, por competência. A respeito de alguns questionamentos sobre as demandas do ME, Maria Fernanda informou que solicitará a participação de José Eduardo, Subsecretário de Assuntos Administrativos do MEC, nas discussões, a fim de promover o melhor encaminhamento possível. Maria Fernanda afirmou a importância do encaminhamento, por parte da SESU, de um ofício para o ME, especificamente para a Secretaria de Gestão de Pessoas, para dar celeridade ao processo. Gustavo informou que as universidades serão orientadas a aguardar as respostas. Edward alertou sobre a dificuldade de se fazer o levantamento dessas informações, uma vez que as pessoas estão engajadas no combate à Covid-19. Janio Macedo ressaltou que as escolas públicas ainda não dispõem de acesso ao conteúdo educacional, como já está ocorrendo na maioria das escolas particulares, e informou que, no esforço de levar esse conteúdo aos estudantes, estão em diálogo com empresas de radiodifusão e telefonia, avaliando suas formas de contribuição. Ademais, Janio informou que há outro grupo trabalhando na organização dos conteúdos, envolvendo MEC, Consed, Undime e organizações civis. Janio relatou que diversos conteúdos foram disponibilizados na plataforma AVAMEC, gerando um aumento significativo no acesso à plataforma. Concordando com a colocação de Maria Fernanda, Janio relatou acreditar que a parceria com sistemas de rádio e telefonia irá implementar um novo conceito de educação no país, quebrando paradigmas. Luiz Miguel Garcia declarou que a Undime acredita na importância da ampliação da cobertura dos sinais digitais nas escolas e que, após esse momento, um novo impulso será dado. Luiz Miguel alertou para a

necessidade de que, após esse processo, seja efetivado um reforço desse aparato para, de fato, levar novas maneiras de complementar o que já existe em sala de aula, enfatizando que o momento será frutífero para cobrar responsabilidade social das empresas de comunicação, que possuem uma função ainda mais intensa a ser desenvolvida. Giuseppe Gatto reforçou que os hospitais vão ocupar diversos papéis dentro das redes de saúde e que executarão funções distintas em cada estado e município, lembrando que o edital para a contratação de pessoas será liberado no dia seguinte à reunião em curso. Gustavo relatou dificuldades na aquisição de EPIs e solicitou reforço junto aos reitores, uma vez que está havendo confisco de equipamentos e insumos por parte dos gestores. Gustavo questionou se a rede de transporte escolar será utilizada na distribuição dos alimentos e Karine esclareceu que existe a possibilidade, mas que não houve alteração de regramento em relação ao PNATE, lembrando que os municípios e estados podem usar os valores de contrapartida, não havendo impedimento para a utilização de recursos próprios. Ariosto relatou os esforços no sentido de incrementar a oferta de EaD para formação continuada, a partir da necessidade de qualificação para o mercado de trabalho e informou que solicitou aos parceiros o aumento da disponibilização de vagas em FIC em EaD. Ariosto relatou, ademais, que prevê que os saldos que ainda não foram programados no Bolsa Formação possam ser reprogramados para cursos FIC a distância, gerando capacidade de oferta de até setenta mil vagas. Ariosto informou que o ME desenvolveu um site com a disponibilização de qualificação profissional gratuita e que o MEC irá compartilhar, nesse espaço, as vagas que são divulgadas no portal Novos Caminhos. Luciana complementou a fala de Ariosto, informando que haverá uma reunião conjunta com os reitores e reitoras e tratarão, na oportunidade, a respeito dos cursos FIC. Luciana reforçou sua preocupação a respeito da Instrução normativa 27 e 28, onde o levantamento de informações dificulta o trabalho que está sendo realizado nesse momento de emergência. Gustavo recordou que recentemente as instituições ainda não consideravam a suspensão do calendário e o fato tem modificado a natureza jurídica e acadêmica das instituições, apresentando uma tendência. Carlos Lenuzzi relatou preocupação quanto às atividades da Universidade Aberta do Brasil, solicitando apoio da Andifes, uma vez que foi realizado um levantamento que demonstrou que algumas instituições paralisaram suas atividades, ainda que sejam de natureza a distância, e solicitou, na oportunidade, que a Andifes encaminhasse um ofício a respeito. Edward informou que verificará, a questão no âmbito da diretoria e Maria Fernanda solicitou que o ofício seja postado no grupo do aplicativo WhatsApp do COE. Ariosto informou que será realizado um webinário a respeito do tema “Educação 4.0”, com convidados representantes de estados e municípios. Maria Fernanda reforçou a importância da participação de todos no evento, sendo o espaço uma oportunidade fundamental para a busca de inovações consistentes no setor educacional. Nada mais havendo a tratar, às onze horas e trinta e dois minutos, Maria Fernanda encerrou a reunião, relembrando a data do próximo encontro, a ocorrer em sexta-feira, três de abril. Eu, Renata Costa Cabral, servidora lotada na Secretaria-Executiva do Ministério da Educação, lavrei a presente ata, que será assinada por mim. Brasília, 31 de março de 2020.